

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (EM REAIS)

	CONTROLADORA	CONTROLADORA	COLIGADA	COLIGADA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
RECEITA BRUTA SERVIÇOS (Atividade Fim - Conforme arts 3º do Estatuto Social)						
1 - (+) Receita Bruta Prestação Serviço Saúde: (atividade fim, conforme arts 3º do Estatuto Social)	209.516.717,38	208.439.295,26	38.782.545,79	38.675.062,98	196.571.734,46	192.342.213,57
(+) Convênios Privados	117.230.720,34	114.756.070,63	33.789.728,96	37.661.431,24	99.320.920,59	97.733.357,20
(+) Convênio SUS	53.441.124,18	56.868.339,09			53.441.124,18	56.868.339,09
(+) Pacientes Particulares	3.263.359,21	2.907.335,04			3.263.359,21	2.907.335,04
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos p/Custeio (NBC T)	9.628.062,14	8.204.920,26			9.628.062,14	8.204.920,26
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio (NBC T 1019)	1.380,32	135.633,05			1.380,32	135.633,05
(+) Receitas c/ Aluguéis	114.240,00	115.431,10			114.240,00	115.431,10
(+) Receitas Financeiras	1.660.254,19	1.110.579,35	433.193,98	932.803,72	2.065.448,17	1.955.383,07
(+) Outras Receitas	4.149.777,40	3.974.835,58	4.559.622,85	80.828,02	8.709.400,25	4.055.663,60
(+) Isenção Usufrúda	20.027.799,60	20.366.151,16			20.027.799,60	20.366.151,16
11 (-) Deduções:	(4.245.637,59)	(5.869.026,47)			(4.245.637,59)	(5.869.026,47)
(-) Rejeitadas	(624.734,46)	(1.077.737,11)			(624.734,46)	(1.077.737,11)
(-) Glosas	(3.620.903,13)	(4.791.289,36)			(3.620.903,13)	(4.791.289,36)
12 Receita Líquida de Prestação Serviço Saúde	205.271.079,79	202.570.268,79	38.782.545,79	38.675.062,98	192.326.096,87	186.473.187,10
13(-) Despesas Operacionais Área Saúde:	(202.489.793,25)	(205.061.048,29)	(38.757.362,75)	(38.394.264,49)	(189.519.627,29)	(188.683.168,11)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	(60.649.824,90)	(61.744.017,54)	(737.198,53)	(707.436,42)	(61.387.023,43)	(62.451.453,96)
(-) Provisões Trabalhistas	(82.943,60)	(378.591,14)			(82.943,60)	(378.591,14)
(-) Depreciação	(5.151.482,67)	(7.207.757,12)	(15.741,56)	(14.770,03)	(5.167.224,23)	(7.222.527,15)
(-) Gerais	(116.368.802,09)	(115.140.283,84)	(33.799.711,46)	(37.668.230,26)	(98.440.984,84)	(98.036.369,43)
(-) Despesas Financeiras	(208.940,39)	(224.247,49)	(4.204.711,20)	(3.827,78)	(4.413.651,59)	(228.075,27)
(-) Isenção Usufrúda	(20.027.799,60)	(20.366.151,16)			(20.027.799,60)	(20.366.151,16)
14 (=) Superávit Operacional Saúde	2.781.286,54	(2.490.779,50)	25.183,04	280.798,49	2.806.469,58	(2.209.981,01)
2 (+) Receita das Atividades Sustentáveis: (fontes de recursos, geram receitas para atividade fim, conforme art3º do Estatuto Social, baseado no CTN)	45.484.445,30	42.116.670,50	-	-	45.460.640,97	41.838.679,99
(+) Receitas c/ Contribuições Associativas	39.653.950,10	36.111.424,56			39.653.950,10	36.111.424,56
(+) Receitas c/ Aluguéis	172.595,76	162.552,78			172.595,76	162.552,78
(+) Receitas Financeiras	797.558,87	305.985,87			797.558,87	305.985,87
(+) Receita s/ Aplicações Financeiras	1.199.450,22	1.561.817,84			1.199.450,22	1.561.817,84
(+) Outras Receitas	1.448.847,00	1.843.862,51			1.425.042,67	1.565.872,00
(+) Isenção Usufrúda	2.212.043,35	2.131.026,94			2.212.043,35	2.131.026,94
Receita Líquida de Atividades Sustentáveis	45.484.445,30	42.116.670,50	-	-	45.460.640,97	41.838.679,99
21 (-) Despesas Operacionais Atividades Sustentáveis:	(37.324.835,02)	(38.021.161,49)	-	-	(37.324.835,02)	(38.021.161,49)
(-) Gastos c/ Pessoal e Encargos	(1.661.362,76)	(1.484.710,39)			(1.661.362,76)	(1.484.710,39)
(-) Provisões Trabalhistas	-	(78.072,46)			-	(78.072,46)
(-) Depreciação	(379.837,67)	(493.921,07)			(379.837,67)	(493.921,07)
(-) Gerais	(32.940.066,18)	(33.758.689,54)			(32.940.066,18)	(33.758.689,54)
(-) Despesas Financeiras	(131.525,06)	(74.741,09)			(131.525,06)	(74.741,09)
(-) Isenção Usufrúda	(2.212.043,35)	(2.131.026,94)			(2.212.043,35)	(2.131.026,94)
22 (=) Superávit Operacional Atividades Sustentáveis	8.159.610,28	4.095.509,01	-	-	8.135.805,95	3.817.518,50
3 - (=) Superávit do Exercício (toda Entidade)	10.940.896,82	1.604.729,51	25.183,04	280.798,49	10.942.275,53	1.607.537,49

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

	CONTROLADORA				COLIGADA				CONSOLIDADO			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
RECEITAS	216.703.300,39		212.817.155,42		38.311.714,49		37.725.433,01		255.015.014,88		250.542.588,43	
Receitas de Atividades Área Saúde	179.317.628,28		176.867.638,55		33.854.617,04		37.712.801,81		213.172.245,32		214.580.440,36	
Outras Receitas	39.653.950,10		36.111.424,56		4.559.622,85		80.828,02		44.213.572,95		36.192.252,58	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.268.277,99)		(161.907,69)		(102.525,40)		(68.196,82)		(2.370.803,39)		(230.104,51)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(139.518.354,51)		(141.914.865,73)		(36.901.737,55)		(36.430.412,94)		(176.420.092,06)		(178.345.278,67)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(139.177.889,06)		(141.615.877,15)		(36.901.737,55)		(36.430.412,94)		(176.079.626,61)		(178.046.290,09)	
Outros	(340.465,45)		(298.988,58)		-		-		(340.465,45)		(298.988,58)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	77.184.945,88		70.902.289,69		1.409.976,94		1.295.020,07		78.594.922,82		72.197.309,76	
Depreciações/Amortizações	(5.531.320,34)		(7.701.678,19)		(15.741,56)		(14.770,03)		(5.547.061,90)		(7.716.448,22)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	71.653.625,54		63.200.611,50		1.394.235,38		1.280.250,04		73.047.860,92		64.480.861,54	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA												
Receitas Financeiras	3.657.263,28		2.978.383,06		433.193,98		932.803,72		4.090.457,26		3.911.186,78	
Outras	5.886.840,48		6.232.315,02		-		-		5.863.036,15		5.954.324,51	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	81.197.729,30	91%	72.411.309,58	90%	1.827.429,36	100%	2.213.053,76	100%	83.001.354,33	91%	74.346.372,83	90%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
Colaboradores	57.019.584,70	70%	58.351.673,67	81%	737.198,53	40%	707.436,42	32%	57.756.783,23	70%	59.059.110,09	79%
Aluguéis			-		28.000,00	2%	88.000,00	4%	28.000,00		88.000,00	
Assistência Social	7.361.355,75		7.121.188,54		-		-		7.361.355,75		7.121.188,54	
Governo	5.875.892,03	7%	5.333.717,86	7%	1.037.047,79	57%	1.136.818,85	51%	6.912.939,82	8%	6.470.536,71	9%
Superávit do Exercício	10.940.896,82	13%	1.604.729,51	2%	25.183,04	1%	280.798,49	13%	10.942.275,53	13%	1.607.537,49	2%
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	81.197.729,30		72.411.309,58		1.827.429,36		2.213.053,76		83.001.354,33		74.346.372,83	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL.

A **ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA** é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de **SAÚDE**, conforme o art. 4º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 50.517/61, com vencimento em 30/09/2016, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei 10.042 de 05 de Fevereiro de 1968, com vencimento em 28/06/2018, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto n.º 796 de 30/01/1969, Registrado no Conselho Municipal de Saúde, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado pela Portaria do Ministério da Saúde Nº 843, publicado no dia 02/12/2011, página 43, no Diário Oficial da União, com validade até 12/02/2013, com pedido de renovação realizado tempestivamente em 03/08/2012, sob registro SIPAR nº 25000.146073/2012-10, o qual se encontra em análise pelo Ministério da Saúde. Tem como finalidade estatutária, dentre outras, conforme artigo 4º:

- a) Manter o Hospital dos Fornecedores de Cana, para prestar assistência médico-hospitalar aos que buscarem seus serviços.
- b) Representar a classe, mantendo relações de cooperação e de articulação com as demais entidades afins.

COLIGADA:

Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba e Região

Associação Civil, para fins não econômicos, conforme disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro, com domicílio e sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo e tem por objetivo a operação de Plano Privados de Assistência a Saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 – NBCT – 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000).

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”.

A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS.

a) Consolidação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis consolidadas da AFOCAPI, conforme divulgado na Nota N°02, foram elaboradas seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, a apresentação do exercício de 2017, está contemplado os valores da Coligada Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba e Região (Nota 01) e os dados Consolidados.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10(NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que está sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

O grupo Ativo Circulante, especificamente o item Caixa e Equivalentes, foi segregado em: *Recursos Sem Restrição*, que são os recursos próprios da Entidade e *Recursos Com Restrição*, caracterizado por Recursos de Terceiros, oriundos de Subvenções Governamentais, onde sua aplicação deverá ser comprovada por meio de Prestação de Contas ao Órgão Competente no momento oportuno:

	2017			2016
	AFOCAPI	Coligada	Consolidado	Consolidado
<u>Sem Restrição</u>				
Caixa	9.188,74	344,97	9.533,71	25.417,49
Bancos	4.137.026,82	162.681,06	4.299.707,88	1.818.693,42
Poupança	-	-	-	58.498,00
Aplicações Financeiras	25.638.584,31	4.961.015,21	30.599.599,52	18.773.316,84
<u>Com Restrição</u>				
Bancos	3.878.088,51	-	3.878.088,51	236.896,04
Aplicações Financeiras	879.277,56	-	879.277,56	523.604,79
Geral	34.542.165,94	5.124.041,24	39.666.207,18	21.436.426,58

c) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

d) Cliente e outros recebíveis: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

e) Estimativa com créditos de liquidação duvidosa: Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, e assim atendendo a Resolução CFC Nº1409/12 (NBC - ITG 2002) em seu item 14 que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

f) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09(NBC TG 16) – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2017 é de R\$ 5.383.280,87. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

g) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

h) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** - Uma provisão é

reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

j) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

l) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

m) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

n) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

o) Bens em comodato: Conforme a Lei 11.638/07 e a Resolução do CFC 1.152/09 (NBC TG 13) os bens comodatos antes classificados no Sistema de Compensado, passam a integrar o Sistema Patrimonial em contas específicas de Ativo Não-Circulante e Passivo Não Circulante.

p) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Desvalorização do Estoque, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 05 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto por adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

NOTA 06 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

NOTA 07 - ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei No. 11.638/07 e Resolução do CFC No. 1.177/2009.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2017

AFOCAPI:

RUBRICAS CONTÁBEIS	VALOR CONTÁBIL	VALOR DE DEPRECIÇÃO	VALOR LÍQUIDO
IMÓVEIS	67.983.387,98	(9.382.329,03)	58.601.058,95
VEÍCULOS	1.582.688,84	(1.179.078,81)	403.610,03
EQUIPAMENTOS EM GERAL/DIVERSOS	1.198.217,92	(862.852,74)	335.365,18
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.914.225,96	(1.862.993,09)	2.051.232,87
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	28.357.717,61	(18.167.890,15)	10.189.827,46
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	2.345.730,77	(1.983.014,47)	362.716,30
INSTRUMENTAIS CIRURGICOS	470.063,92	(349.122,22)	120.941,70
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.004.495,78	(2.199.623,24)	1.804.872,54

SOFTWARES – AMORTIZAÇÃO	3.401.487,39	(1.788.436,49)	1.613.050,90
OBRAS EM ANDAMENTO	4.478.865,59	R\$ 0	4.478.865,59
TOTAL	117.736.881,76	37.775.340,24	79.961.541,52

COLIGADA:

RUBRICAS CONTÁBEIS	VALOR CONTÁBIL
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	55.111,84
BENFEITORIAS E IMÓVEL DE TERCEIROS	304.836,11
EQUIPAMENTOS	49.199,99
COMPUTADORES E SOFTWARES	63.790,05
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(256.024,16)
TOTAL	216.913,23

NOTA 08 – TAXAS DE DEPRECIACÃO ATIVO IMOBILIZADO

Os ativos Imobilizados e Intangíveis da Entidade são depreciados conforme tabela abaixo:

CONTAS CONTÁBEIS	RUBRICAS CONTÁBEIS	TAXA DE DEPRECIACÃO (%)
122.01.0001	IMÓVEIS	4% aa
122.01.0002	VEÍCULOS	20% aa
122.01.0003	EQUIPAMENTOS EM GERAL / DVS	10% aa
122.01.0004	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10% aa
122.01.0008	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	10% aa
122.01.0009	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20% aa
122.01.0010	INSTRUMENTAIS CIRURGICOS	10% aa

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 10 – PROVISÃO DE PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais, trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão, na qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado:

Rubrica Contábil	Valores
Contingências Passivas Cíveis	888.710,26
Contingências Passivas Trabalhistas	704.034,00
TOTAL	1.592.744,26

A entidade possui outros processos classificados como grau de risco possível, para os quais, conforme norma de contabilidade nenhuma provisão foi efetuada:

	Valores
Processo Civil	8.778.343,46
Processo Trabalhista	210.000,00
TOTAL	8.988.343,46

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit do exercício ocorrido, reserva de reavaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

NOTA 12 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Conforme Lei 11.638/07, art. 6º e Resolução do CFC 1.152/09(NBC TG 13) as contas que abrigam essas reavaliações efetuadas sobre bens do ativo, terão seus saldos mantidos até

a sua efetiva realização (através da venda de bens, depreciação ou amortização). Em respeito ao Regime de Competência está sendo realizados mensalmente (depreciado, amortizado ou se for vendido) os bens reavaliados em data inferior ao exercício social de 31.12.2008.

NOTA 13- AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (REAPRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA)

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior, e foram corrigidos na informação comparativa apresentada nas demonstrações contábeis de 2017.

Devido ao fato de ter sido impraticável determinar o montante das correções para todos os períodos anteriores, a entidade, de acordo com item 45 da NBC TG 23 (R1), retifica a informação comparativa prospectivamente a partir da data mais antiga apresentada (2016).

Apresentamos a seguir, as principais correções efetuadas em 2017:

Conta: **Montante da** **Natureza do erro:**
correção:

Clientes	942.357,53	Baixas da Unimed de Piracicaba Serviço Médico Cooperado (Conforme relatório da Gestão).
Adiantamento a Fornecedores	(53.585,00)	Baixas de notas fiscais de compra contra notas fiscais de remessa que haviam sido baixadas indevidamente.
Depreciação	(260.262,57)	No momento da reavaliação patrimonial o valor de obras em andamento não havia sido subtraído do imobilizado (Bem nº 9527 prédio hospital).
Imobilizado	(179.586,03)	Regularização de notas-fiscais de imobilizado, contabilizadas erroneamente como despesa em períodos anteriores.
Obras em Andamento	(50.158,55)	Algumas despesas com manutenções e reformas em geral classificadas como obras em andamento. Parte da obra da portaria de serviço classificada como despesa.
Fornecedores	(24.261,07)	Baixa de fornecedores relacionada a devoluções, cancelamentos e duplicidades.

Adiantamento a Clientes	(46.400,00)	Baixa da Unimed de Rio Claro, pois o valor não havia sido faturado no antigo ERP (HM).
Subvenções a Realizar	(41.588,78)	Baixa do convênio Pró Santa Casa 456/2014, através das notas fiscais de manutenção do período de 2014 a 2015, relacionadas à obra do setor clínico 2D.
Receitas Antecipadas	(2.757,70)	Receita antecipada relacionada ao convênio Pró Santa Casa 456/2014. A nota fiscal nº 9271 havia sido contabilizada como despesa.
Receita Particular – Pessoa Física	(37.187,60)	O faturamento da conta paciente não havia sido finalizado no antigo ERP (HM).

NOTA 14 – SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (Res. CFC No. 1.305/10 NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais atendeu a Resolução CFC nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A entidade firmou contratos conforme abaixo especificados para recebimento no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

EXERCÍCIO	CONCEDENTE	Nº CONVÊNIO	Nº PROCESSO	SALDO A RECEBER 2017	SALDO RECEBIDO 2017	SALDO A REALIZAR 2017	RECEITA REALIZADA 2017
2012	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	TA 002/2012	001.0210.000.390/2015				26.074,80
2013	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL	786007/2013	25000.093724/2013-42				40.000,00

2014	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	TA 001/2014	001.0210.000586/2014				40.000,00
2014	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	456/2014	001.0210.000137/2014				210.650,22
2015	DOAÇÃO RAIZEN	01/2015	08070508000178				66.198,17
2015	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	101/2015	001.0210.000684/2015			192.099,21	1.115.012,99
2015	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	248/2015	001.0210.000630/2015				5.519,52
2015	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	821055/2015	25000171984201528			64.898,73	46.999,90
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	320/2016	001.0210.000553/2016	941.659,23	93.474,37	560.846,22	1.322.472,23
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	452/2016	001.0210.000668/2016	1.818.135,60		1.818.135,60	11.173,26
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	525/2016	001.0210.001250/2016	8.996.603,92	2.303.305,40	10.338.701,30	961.208,02
2016	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	685/2016	001.0210.001.251/2016	16.059.577,59	5.757.239,41	16.059.577,59	5.782.492,83
2016	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	832720/2016	25000073989201677		290.000,00	296.430,14	
2016	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	832722/2016	25000073997201613		500.000,00	509.664,62	
2016	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	836997/2016	25000154484201611		8.100,00	8.181,07	
2016	GOVERNO FEDERAL	202083/2016-76	25000.202083/2016-76		3.367.537,00	3.367.537,00	
2017	EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL	079/2017	001/0210/000474/2017		300.000,00	58.014,00	260,20
TOTAL				27.815.976,34	12.619.656,18	33.274.085,48	9.628.062,14

As receitas antecipadas no curto e longo prazo referem-se a aquisições de equipamentos, através de recursos adquiridos com Emendas Parlamentares. As receitas de Subvenções relacionadas, serão reconhecidas conforme depreciação dos bens adquiridos, anulando o efeito da despesa de depreciação.

RECEITAS ANTECIPADAS S/SUBENÇÕES - CURTO PRAZO	
Receitas Antecipadas - Doacoes - Raizen	66.198,17
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Conv 079/2017- Estadual – CP	24.198,60
Receitas Antecipadas - Subvencoes - CONV. 456/2014 – CP	1.724,99
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Conv 786007/2013 - Federal - CP	40.000,00
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Conv 821055/2015 - Federal - CP	46.999,90
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Ta 001/2014 Ao Conv 560/2014 (Rm) - CP	40.000,00
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Termo Aditivo 02/2012 - CP	26.074,80
	245.196,46

RECEITAS ANTECIPADAS S/SUBENÇÕES - LONGO PRAZO	
Receitas Antecipadas - Doacoes - Raizen	356.140,49
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Conv 079/2017- Estadual – CP	217.527,20
Receitas Antecipadas - Subvencoes - CONV. 456/2014 – CP	11.792,31
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Conv 786007/2013 - Federal - CP	229.424,17
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Conv 821055/2015 - Federal - CP	375.999,20
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Ta 001/2014 Ao Conv 560/2014 (Rm) - CP	222.195,99
Receitas Antecipadas - Subvencoes - Termo Aditivo 02/2012 - CP	96.072,60
	1.509.151,96

NOTA 15 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”.

O Grupo “Outras Receitas”, totaliza o valor de R\$ 4.149.777,40, os quais tem como itens mais relevantes:

- Parcerias Médicas / Saúde – R\$ 663.003,24
- Bonificações / Brindes – R\$ 1.732.264,54
- Trabalho Voluntário – R\$ 1.503.076,92.

A contrapartida do valor de R\$ 1.503.076,92, de Trabalho Voluntário, está registrada no Grupo “Outras Despesas”, anulando a Receita mencionada acima.

NOTA 16 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento a uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2017 corresponde a R\$ 1.503.076,92. O valor ora realizado está registrado em conta patrimonial específica e reconhecida na receita e na despesa

NOTA 17 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O superávit do exercício de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG2002 em especial no item 15, que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

NOTA 19- DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 35, conforme demonstrativo a seguir:

Exercício	Valor Recebido
2017	1.380,32
2016	135.633,05
TOTAL	137.013,37

NOTA 20 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 21 - FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A ENTIDADE é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto

Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 22 - CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba é entidade social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 23 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 24- ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A ENTIDADE é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força das Leis No. 9.532/97, (Alterada pela Lei No. 12.868/13) e Decreto 8.242/14

NOTA 25- CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO

A Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba é uma instituição de saúde sem

fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º. da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida);
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; e
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 26- REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba “AFOCAPI” é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe aos seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 40 do Estatuto Social);
- Aplica renda obtida, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 36 do Estatuto Social);
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados; e
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.42 do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; e
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 27 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)

A Entidade manteve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) até a data de 12/02/2013, e possui processo de renovação em análise, no Ministério da Saúde, conforme processo nº 25000.146073/2012-10, requerimento protocolado em 21/08/2012 no qual usufrui da Isenção Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o artigo 8º do Decreto nº 8.242/14.

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

NOTA 28 – INVESTIMENTOS

A AFOCAPI é investidora em sua coligada Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba e Região que é uma Associação Civil, para fins não econômicos, conforme disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro, com domicílio e sede na cidade

de Piracicaba, Estado de São Paulo e tem por objetivo a operação de Plano Privados de Assistência à Saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O valor do investimento foi reconhecido pelo método da equivalência patrimonial e está representado como segue:

Informações da coligada em 31 de dezembro de 2017:

Total do Patrimônio líquido da coligada R\$ 6.142.608,01

Participação da AFOCAPI na coligada 99%

Total Investimento na AFOCAPI R\$ 6.081.181,93

NOTA 29 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 9o., item 1, “c”, da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Serviços Prestados	Quantitativos-SUS	Qualitativos-SUS	Quantitativos- Ñ/SUS
Internações	9.920	69%	7.870
Ambulatoriais	193.054		120.210
Total	202.974		128.080

NOTA 30 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação da Lei 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) em seu art. 4º, Decreto 8.242/14 em seu artigo 20 e Portaria do MS No. 1.970, de 16 de agosto 2011, no ano calendário de 2015 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em convênio e/ou contrato de contratualização; e
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIHA).

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13), artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 5º. da Portaria do **MS No. 1.970, de 16 de agosto** de 2011:

- Número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- Percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

CÁLCULO FILANTROPIA EXERCÍCIO 2017

INTERNAÇÃO - PACIENTE DIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
SUS	47.127	64,67%
NÃO SUS	25.746	35,33%
TOTAL	72.873	

ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
SUS	193.054	61,63%
NÃO SUS	120.210	38,37%
TOTAL	313.264	

RESUMO		PERCENTUAL
PERCENTUAL INTERNAÇÃO PACIENTES DIA SUS		64,67%
PERCENTUAL ATENDIMENTO AMBULATORIO (ATÉ 10%)		10,00%
PERCENTUAL ATENÇÃO OBSTÉTRICA E NEONATAL		1,50%
PERCENTUAL ATENÇÃO ONCOLÓGICA		1,50%
PERCENTUAL ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS		1,50%
% FILANTROPIA		79,17%

OBSERVAÇÕES

1) Para cálculo de comprovação do percentual anual de serviços ao SUS, utilizamo-nos de relatórios gerenciais internos do Sistema de Gestão de Informações do Hospital dos Fornecedores de Cana de Piracicaba para obtenção de dados referentes a atendimentos NÃO SUS, tendo como parâmetro a metodologia estabelecida na Portaria do Ministério da Saúde/GM nº 1.970. Para apuração dos dados referentes aos atendimentos SUS, consideramos informações extraídas do Sistema de Informações do Ministério da Saúde - TABWIN/DATASUS/MS.

2) A ausência de relatórios do TABWIN para apuração das informações referentes aos pacientes NÃO SUS, deu-se pelo fato de os arquivos do CIHA não terem processados Ministério da Saúde em tempo hábil e disponibilização dos dados pelo site de Transparência (TABWIN) do Ministério da Saúde, porém já foram enviados.

NOTA 31 – CUSTO X SERVIÇOS PRESTADOS

Demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas:

Apuração Financeira SUS		
Série Histórica: Janeiro 2016 a Dezembro 2017		
	Ano 2017	Ano 2016
Total de Custos	(85.454.262,53)	(88.336.269,00)
Total Receitas	61.534.217,07	63.626.822,17
Resultado	(23.920.045,46)	(24.709.446,83)
Recursos Públicos		
Emendas Parlamentares Recebidas	1.476.809,60	399.206,80
Humaniza SUS (30% Pró Santa Casa)	848.757,93	858.702,40
	2.325.567,53	1.257.909,20
Isenções Usufruídas		
Isenção Usufruída	22.239.842,95	22.497.178,10
	22.239.842,95	22.497.178,10
Resultado com Recursos Públicos e Isenções (Déficit)	645.365,02	(954.359,53)

NOTA 32 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

Itens Segurados	Modalidade	Valor Contábil	Valor Segurado
Imóveis, Máquinas e Móveis	Empresarial	108.273.839,94	61.580.000,00
Veículos	Automóveis	1.582.688,84	891.000,00
Vidas	Morte / Invalidez	89 pessoas	25.302,83
Vidas	Acidente	89 pessoas	25.302,83

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 33 – RESULTADO RELATIVO À SOCIEDADE

O HFC acredita que a gestão social deve ser respaldada nos princípios de Responsabilidade Humano, Social e Ambiental.

Os Projetos Corporativos do HFC são desenvolvidos com posturas éticas e com respeito aos colaboradores e a comunidade. Os projetos são agentes transformadores que exercem influência sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente.

Ser sócio-ambientalmente responsável é ir além da obrigação de respeitar as leis e de observar as condições adequadas de segurança e saúde para os colaboradores. Para o HFC, ser sócio-ambientalmente responsável é buscar por melhoria nos panoramas da sociedade, é ter consciência de que as ações promovem mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Os projetos buscam contribuir para o desenvolvimento da cidadania, da inclusão em uma vida social e saudável. Promovem a educação, a qualidade e o desenvolvimento da equipe e da comunidade.

Tais objetivos são traduzidos em programas concretos que consolidam e evidenciam a ação do HFC em responsabilidade social e ambiental.

PROJETO SEMEAR

O Programa Semear é um Núcleo de Treinamento que desenvolve colaboradores, na área técnica e comportamental. Atualmente é evidente a necessidade da constante atualização do conhecimento, principalmente dos profissionais de saúde, pois a velocidade das mudanças e do desenvolvimento tecnológico transformam incessantemente o ambiente de trabalho.

Com uma antevisão muito clara dessa realidade social e visando se consolidar também como um centro difusor de conhecimento, um dos projetos é do Centro de Estudos que promove um abrangente processo educacional promovendo o desenvolvimento dos colaboradores.

O HFC estimula seus colaboradores à participação em treinamentos, workshops, seminários, congressos, benchmarking e outros eventos, como forma de incentivar o desenvolvimento profissional e a disseminação do saber.

PROJETO SUPERAÇÃO

O Programa Superação tem como objetivo fomentar a cultura da prevenção, visando informar e orientar os colaboradores e a sociedade sobre as questões de saúde. Nesse programa são desenvolvidos os projetos: Outubro Rosa e Amigos do Peito, que abordam

as questões sobre o câncer de mama; Novembro Azul, um projeto que orienta sobre o câncer de próstata; Dia de Doar, o projeto consiste na divulgação da importância da doação de sangue; Apoio Familiar e HFC na Comunidade são projetos sociais que promovem a educação, o bem estar, a saúde e a informação para a equipe e para a comunidade.

PROJETO BEM NASCER

O Programa Bem Nascer consiste em realizar projetos sociais que visam promover a educação, o bem estar, a saúde e a informação para os clientes, a comunidade e a equipe do HFC.

São projetos que tem como objetivo disseminar a informação, conscientizar sobre a prevenção e cuidados com a saúde, como o projeto Futura Mamãe, que realiza um curso para mulheres em qualquer fase gestacional do SUS ou de convênios. No Programa tem ainda um projeto Mãe Canguru, que promove ao recém nascido o aconchego e cuidado realizado pela mãe com supervisão de equipe técnica, a fim de aumentar e estreitar o vínculo mãe-bebê. O Projeto Plante Vida, viabiliza que toda criança nascida no HFC plante uma muda de árvore frutífera, além dos projetos Chá de Doação de amor e Gota de Ouro.

PROJETO RISO

O Programa Riso inclui diversos projetos realizados por meio do voluntariado. Nesse programa existem os projetos Cãopanheiro, a Cinoterapia é uma abordagem terapêutica que tem como diferencial o uso de cães no tratamento físico, psíquico e emocional dos pacientes. Inclui também, os Plantadores de Alegria, um grupo de voluntários que tem como missão arrancar boas gargalhadas de quem esta em tratamento.

O Programa ainda conta com projetos como Contador de Historias, Mimando o Cliente, Biblioteca Viva, Capelania Evangélica, Pastoral da Saúde, Brinquedoteca, Caricatura, Filhas de Jó, Canto do Livre Querer-CLQ.

Programa	Projeto Programação Anual
SEMEAR	Semana do Rim CIAN
	Semana CEON
	Semana dos Profissionais da Saúde
	Workshop CEDIM
	Centro de Estudos
	Simpósio Equipe Multidisciplinar

	Mente Consciente
	Semana Interna de Prevenção de Acidente de Trabalho (SIPAT)
	Workshop CCIH
BEM NASCER	Futura Mamãe (Curso de Gestantes)
	Toque de Carinho
	Mãe Canguru
	Plante Vida (Parceria Prefeitura)
	Gota de Ouro e Chá de Doação de Amor (Semana Mundial Aleitamento Materno)
	Dia das Crianças (Pediatría)
RISO	Brinquedoteca (Interação Escola - CLQ Livre Querer) (12)
	Contando Histórias (Grupo Professores Aposentados) (1)
	Plantadores da Alegria (24)
	Cãopanheiros (Cinoterapia) (18)
	Orquestrando Amor (20)
	Biblioteca Viva (Leitura Clientes e Familiares - MS)
	Capelania (Grupo Pastoral da Saúde e Evangélicos) (50)

Piracicaba, 31 de dezembro de 2017.

José Coral
Provedor

Paulo Roberto Franhani
Contador CRC 1-SP-086071/O-2

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA

CNPJ. : 54.384.631/0001-80

“RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES”**Opinião:**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais (controladora) da **ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos:**Demonstração do valor adicionado.**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis da entidade coligada.

As demonstrações da Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba denominada como coligada, conforme Nota Explicativas número 1, foram examinadas por outros auditores independentes, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório datado em 01 de março de 2018 sem ressalvas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 16 de março de 2018

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA

CNPJ: 54.384.631/0001-80

Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei 10.042 de 05/02/ 1968. Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de SAÚDE, conforme o art. 4º do Estatuto Social. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), em análise do triênio 2009/2010/2011 no Ministério da Saúde, conforme processo nº 25000.1460732012-10 de 03/08/2012.

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRS. ASSOCIADOS

Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com os Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

A Diretoria

Piracicaba, 31 de Dezembro de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO					PASSIVO				
	2017		2016			2017		2016	
	CONTROLADORA	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
CIRCULANTE	115.141.738,56	67.097.865,00	121.984.254,29	74.522.753,06	9	58.924.815,38	24.121.838,63	59.856.486,13	25.727.064,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.542.165,94	14.141.644,62	39.666.207,18	21.436.426,58	Obrigações Trabalhistas	1.835.531,56	1.849.589,45	1.914.050,69	1.980.573,75
SEM RESTRIÇÃO	29.784.799,87	13.381.143,79	34.908.841,11	20.675.925,75	Obrigações Tributárias a Recolher	1.668.069,91	1.576.436,04	1.730.842,99	1.687.827,83
Caixa	9.188,74	25.216,39	9.533,71	25.417,49	Provisões Técnicas	-	-	781.378,54	1.078.837,46
Bancos Conta Movimento	4.137.026,82	1.692.179,01	4.299.707,88	1.818.693,42	Fornecedores	10.503.526,22	8.722.370,66	10.503.526,22	8.799.343,99
Bancos Conta Poupança	-	58.498,00	-	58.498,00	Outras Obrigações a Pagar	200.823,02	196.177,36	209.823,02	200.177,36
Bancos Conta Aplicações C/ Prazo	25.638.584,31	11.605.250,39	30.599.599,52	18.773.316,84	Provisões Sociais e Trabalhistas	5.096.826,47	5.204.157,53	5.096.826,47	5.204.157,53
COM RESTRIÇÃO	4.757.366,07	760.500,83	4.757.366,07	760.500,83	Adiantamento de Clientes	5.780.756,22	149.068,92	5.780.756,22	352.108,20
Bancos Conta Movimento	3.878.088,51	236.896,04	3.878.088,51	236.896,04	Subvenções a Realizar	33.519.281,94	6.104.038,63	33.519.281,94	6.104.038,63
Bancos Conta Aplicações C/ Prazo	879.277,56	523.604,79	879.277,56	523.604,79	Financiamentos	320.000,04	320.000,04	320.000,04	320.000,04
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	46.010.387,50	42.772.058,72	46.011.826,03	42.838.396,86		-	-	-	-
Cheques e outros títulos a receber	217.806,17	76.468,00	219.244,70	76.957,70	NÃO - CIRCULANTE	5.199.062,71	5.192.727,44	5.199.062,71	5.192.727,44
Convênios e Contratos a receber	49.190.023,35	43.812.724,12	49.190.023,35	43.878.572,56	Processos Judiciais	1.592.744,26	1.784.348,35	1.592.744,26	1.784.348,35
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	(3.397.442,02)	(1.117.133,40)	(3.397.442,02)	(1.117.133,40)	Receitas Antecipadas - Subvenções	1.509.151,96	1.248.379,18	1.509.151,96	1.248.379,18
ESTOQUES	5.383.280,87	5.744.148,07	5.383.280,87	5.744.148,07	Financiamentos	1.839.999,87	2.159.999,91	1.839.999,87	2.159.999,91
Medicamentos, Materiais e Outros	5.383.280,87	5.744.148,07	5.383.280,87	5.744.148,07	Outras Obrigações a Pagar	257.166,62	-	257.166,62	-
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	29.205.904,25	4.440.013,59	30.922.940,21	4.503.781,55	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	139.505.514,39	141.199.282,68	139.573.243,91	141.265.633,49
Outros títulos a receber	33.007,61	33.007,61	1.750.043,57	69.143,15	Patrimônio Social	103.562.268,24	101.420.715,82	100.578.869,07	98.715.307,16
Adiantamentos	1.134.263,07	1.059.082,08	1.134.263,07	1.059.082,08	Superávit do Exercício	10.940.896,82	1.604.729,51	10.942.275,53	1.607.537,49
Impostos a Recuperar	3.578,74	19.219,64	3.578,74	46.852,06	Reserva de Reavaliação	8.871.308,72	8.871.308,72	11.921.058,70	11.640.260,21
Cartões de Crédito a Receber	179.338,52	122.212,49	179.338,52	122.212,49	Ajustes de Exercícios Anteriores	(246.570,23)	(1.983.956,68)	(246.570,23)	(1.983.956,68)
Subvenções a Receber	27.815.976,34	3.206.491,77	27.815.976,34	3.206.491,77	Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.377.610,84	31.286.485,31	16.377.610,84	31.286.485,31
Despesas Antecipadas	39.739,97	-	39.739,97	-	Transferências Internas	-	-	-	-
NÃO - CIRCULANTE	88.487.653,92	103.415.983,75	82.644.538,46	97.662.672,66	TOTAL DO PASSIVO	203.629.392,48	170.513.848,75	204.628.792,75	172.185.425,72
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.451.233,91	3.976.858,78	2.451.233,91	3.976.858,78					
Valores a receber	2.403.282,09	3.963.510,67	2.403.282,09	3.963.510,67					
Depósitos Judiciais	47.951,82	13.348,11	47.951,82	13.348,11					
PARTIC OUTRAS EMPRESAS	6.074.878,49	6.051.074,16	14.849,80	14.849,80					
HFC + Saúde	6.074.878,49	6.051.074,16	14.849,80	14.849,80					
(-) Equivalência Patrimonial - HFC + Saúde	-	-	-	-					
IMOBILIZADO	78.348.490,62	91.124.759,77	78.557.800,31	91.381.577,02					
Bens em Uso	30.025.999,45	29.029.983,50	30.031.469,45	29.035.453,50					
Edificações	66.220.209,03	77.632.368,61	66.525.045,14	77.937.204,72					
Obras em Andamento	4.478.865,59	4.498.652,52	4.478.865,59	4.498.652,52					
Móveis e Utensílios	3.914.225,96	3.870.893,39	3.969.337,80	3.919.350,59					
Veículos	1.582.688,84	1.431.337,84	1.582.688,84	1.431.337,84					
Computadores e Periféricos	2.345.730,77	2.099.116,69	2.389.460,16	2.142.846,08					
Instalações	1.763.178,95	200.135,00	1.763.178,95	200.135,00					
Máquinas e Equipamentos	4.004.495,78	3.990.568,10	4.004.495,78	3.990.568,10					
(-) Depreciação Acumulada	(35.986.903,75)	(31.628.295,88)	(36.186.741,40)	(31.773.971,33)					
INTANGÍVEL	1.613.050,90	2.263.291,04	1.620.654,44	2.289.387,06					
Softwares	3.401.487,39	3.350.951,90	3.465.277,44	3.414.741,95					
(-) Amortização Acumulada	(1.788.436,49)	(1.087.660,86)	(1.844.623,00)	(1.125.354,89)					
TOTAL DO ATIVO	203.629.392,48	170.513.848,75	204.628.792,75	172.185.425,72					

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

	1 DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		CONTROLADORA		COLIGADA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
a)	RESULTADO LIQUIDO AJUSTADO							
	Superávit do exercício	10.940.896,82	1.604.729,51	25.183,04	280.798,49	10.966.079,86	1.885.528,00	
	Depreciação	5.531.320,34	7.701.678,19	72.654,68	67.777,91	5.603.975,02	7.769.456,10	
	Reversões/Constituição de provisões	2.280.308,62	246.996,00	44.759,53	68.196,82	2.325.068,15	315.192,82	
	Resultado na equivalência patrimonial	(23.804,33)	(277.990,51)			(23.804,33)	(277.990,51)	
	Outros ajustes		446,19	102.525,40	46.082,01	102.525,40	46.528,20	
	SUPERÁVIT LIQUIDO AJUSTADO	18.728.721,45	9.275.859,38	245.122,65	462.855,23	18.973.844,10	9.738.714,61	
b)	ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO DO AC + ANC							
	Clientes	(5.377.299,23)	227.858,83	(37.625,79)	(98.680,78)	(5.414.925,02)	129.178,05	
	Cheques em Cobrança	(141.338,17)	-		-	(141.338,17)	-	
	Estoques	360.867,20	-		-	360.867,20	1.689.203,46	
	Impostos a Recuperar	15.640,90	-	27.632,42	(22.305,48)	43.273,32	(22.305,48)	
	Outros Créditos	(114.920,96)	5.403.902,63	2.207.051,24	(880.312,65)	2.092.130,28	4.523.589,98	
	Contas a Receber	(23.106.382,02)	(2.897.486,24)	(1.680.900,42)	4.301,45	(24.787.282,44)	(2.893.184,79)	
	Depósitos Judiciais	(34.603,71)	6.490,00		-	(34.603,71)	6.490,00	
	TOTAL ACRÉSCIMOS/ DECRÉSCIMOS DO AC + ANC	(28.398.035,99)	2.740.765,22	516.157,45	(996.997,46)	(27.881.878,54)	3.432.971,22	
c)	ACRÉSCIMO/ DECRÉSCIMO DO PC + PNC							
	Fornecedores	1.574.413,42	577.019,06		-	1.574.413,42	577.019,06	
	Honorários Médicos Pessoa Física	(16.346,28)	17.257,90		-	(16.346,28)	17.257,90	
	Honorários Médicos Pessoa Jurídica	223.088,42	273.463,96		-	223.088,42	273.463,96	
	Impostos, Taxas e Contrib. A Recolher	91.633,87	102.884,47	(48.618,71)	14.791,92	43.015,16	117.676,39	
	Salários e Direitos Trabalhistas a Pagar	(14.057,89)	-		-	(14.057,89)	14.837,48	
	Contas a Pagar - CP	27.419.888,97	(2.958.902,49)	(125.361,40)	53.879,87	27.294.527,57	(2.905.022,62)	
	Provisões	(107.331,06)	352.027,93	(340.663,07)	384.390,56	(447.994,13)	736.418,49	
	Adiantamento de Clientes	5.631.687,30	(4.085.973,47)		-	5.631.687,30	(4.085.973,47)	
	Contas a Pagar - LP	6.335,27	(712.488,93)	(203.671,76)	17.226,10	(197.336,49)	(695.262,83)	
	Ajustes de Períodos Anteriores	(246.570,23)	(1.983.956,68)		-	(246.570,23)	(1.983.956,68)	
	Provisões Técnicas				-	-	-	
	TOTAL ACRÉSCIMOS/ DECRÉSCIMOS DO PC + PNC	34.562.741,79	(8.418.668,25)	(718.314,94)	470.288,45	33.844.426,85	(7.933.542,32)	
	TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.893.427,25	3.597.956,35	42.965,16	(63.853,78)	24.936.392,41	5.238.143,51	
2	DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS							
	Novas Aquisições de Ativo Imobilizado/ Intangível	(4.646.772,34)	(5.286.761,06)	-	-	(4.646.772,34)	(5.286.761,06)	
	Participações em outras empresas		-			-	-	
	Outros Investimentos			(6.654,64)	(11.739,74)	(6.654,64)	(11.739,74)	
	Venda Imobilizado	153.866,41				153.866,41		
	Baixas					-		
	TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.492.905,93)	(5.286.761,06)	(6.654,64)	(11.739,74)	(4.499.560,57)	(5.298.500,80)	
(1+2)	VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.400.521,32	(1.688.804,71)	36.310,52	(75.593,52)	20.436.831,84	(60.357,29)	
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	14.141.644,62	14.126.408,39	126.715,51	202.309,03	14.268.360,13	14.328.717,42	
	VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	20.400.521,32	(1.688.804,71)	36.310,52	(75.593,52)	20.436.831,84	(60.357,29)	
	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	34.542.165,94	14.141.644,62	163.026,03	126.715,51	34.705.191,97	14.268.360,13	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM REAIS)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CONTROLADORA					COLIGADA	CONSOLIDADO	
	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	SUPERÁVIT	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100.379.610,99	13.998.881,92	1.601.304,37	(1.598.200,20)	-	114.381.597,08	3.266.353,84	114.414.270,26
Resultado do período			330.333,76			330.333,76	2.630.430,23	2.960.763,99
Incorporação de Superávit de Exercícios Anteriores	1.601.304,37		(1.601.304,37)			-		-
Incorporação de Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.598.200,20)			1.598.200,20		-		-
Incorporação referente extinção de Pessoa Jurídica (CAI e CDIA)	578.228,44					578.228,44		578.228,44
Ajustes de exercícios anteriores				(446.617,94)		(446.617,94)	(65.386,44)	(512.004,38)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	576.056,40	(576.056,40)				-		-
Participação em Outras Empresas								(5.773.083,65)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	101.537.000,00	13.422.825,52	330.333,76	(446.617,94)	-	114.843.541,34	5.831.397,63	114.901.855,32
Resultado do período			1.604.729,51			1.604.729,51	280.798,49	1.885.528,00
Incorporação de Superávit de Exercícios Anteriores	330.333,76		(330.333,76)			-		-
Incorporação de Ajustes de Exercícios Anteriores	(446.617,94)			446.617,94		-		-
Adiantamento para futuro aumento de capital						-		-
Ajustes de exercícios anteriores				(1.983.956,68)		(1.983.956,68)	5.228,85	(1.978.727,83)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		(4.551.516,80)			31.286.485,31	26.734.968,51		26.734.968,51
Participação em Outras Empresas						-		(6.051.074,16)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	101.420.715,82	8.871.308,72	1.604.729,51	(1.983.956,68)	31.286.485,31	141.199.282,68	6.117.424,97	141.265.633,49
Resultado do período			10.940.896,82			10.940.896,82	25.183,04	10.966.079,86
Incorporação de Superávit de Exercícios Anteriores	1.604.729,51		(1.604.729,51)			-		-
Incorporação de Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.983.956,68)			1.983.956,68		-		-
Adiantamento para futuro aumento de capital						-		-
Ajustes de exercícios anteriores				(246.570,23)		(246.570,23)		(246.570,23)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	2.520.779,59				(14.908.874,47)	(12.388.094,88)		(12.388.094,88)
Participação em Outras Empresas						-		(6.074.878,49)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	103.562.268,24	8.871.308,72	10.940.896,82	(246.570,23)	16.377.610,84	139.505.514,39	6.142.608,01	139.573.243,91

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis